

Informações sobre a atuação dos senadores serão retidas

Da Sucursal de BRÁSILIA

A reduzida atividade parlamentar de alguns senadores candidatos à reeleição, quer nos trabalhos das comissões técnicas, quer em plenário, evidenciada em pesquisa divulgada no último fim-de-semana, determinou o bloqueio de informações prestadas pelos terminais do Centro de Processamento de Dados do Senado.

A partir de ontem, por determinação do senador Ruy Santos, 1.º secretário da Câmara Alta, qualquer informação relativa à assiduidade ou participação de senadores só será liberada por sua autorização expressa. No seu entender, a pesquisa divulgada, além de não traduzir a realidade, pode identificá-lo como um colaborador interessado em denegrir a imagem dos que foram — segundo afirmou — atingidos pela parcialidade da informação divulgada por alguns jornais.

Ruy Santos, tal como os atingidos pela pesquisa, não aceitou os termos em que o trabalho realizado desnudou os senadores que pretendem lutar por sua reeleição no pleito de 15 de novembro próximo. Ele considera a pesquisa incompleta, já que os dados apresentados apontam, apenas, informações sobre os últimos quatro anos. E o mandato de cada senador, por ser de oito anos, não está abrangido integralmente pela pesquisa realizada.

A pesquisa, conseguida por um jornalista que se limitou a acionar os botões de um dos terminais do Centro de Processamento de Dados do Senado, mostrou a seguinte produção parlamentar dos senadores candidatos à reeleição:

1 — João Cleofas — Arena — Pernambuco — Zero projeto — Zero requerimento (seu nome figura dando apoio a um requerimento do senador Ruy Santos, de homenagem à

memória do ex-senador Artur Santos); zero discurso, 19 apartes.

2 — José Augusto — Arena — Minas Gerais — Zero projeto — Um requerimento — Seis discursos — Zero aparte.

2 — José Augusto — Arena — Minas Gerais — Zero projeto — Um requerimento — Seis discursos — Zero aparte.

3 — Carvalho Pinto — Arena — São Paulo — Um projeto — Seis requerimentos — Quinze discursos — Seis apartes.

4 — Adalberto Sena — MDB — Acre — 11 projetos — Sete requerimentos — 35 discursos — 24 apartes.

5 — Flavio Brito — Arena — Amazonas — Dois projetos — Seis requerimentos — 19 discursos — 17 apartes.

6 — Jarbas Passarinho — Arena — Pará — Zero projeto — Zero requerimento — 11 discursos — 25 apartes (apenas quatro meses de mandato).

7 — Petronio Portela — Arena — Piauí — Zero projeto — Nove requerimentos — 18 discursos — Nove apartes.

8 — Ruy Carneiro — MDB — Paraíba — Sete projetos — Seis requerimentos — 32 discursos — 45 apartes.

9 — Teotônio Vilela — Arena — Alagoas — Zero projeto — Zero requerimento — Cinco discursos — Quatro apartes.

10 — Leandro Maciel — Arena — Sergipe — Zero projeto — Três requerimentos — 14 discursos — Quatro apartes.

11 — Paulo Torres — Arena — Estado do Rio — Seis projetos — Dez requerimentos — 17 discursos — Zero aparte.

12 — Danton Jobim — MDB — Guanabara — Um projeto — Três requerimentos — 22 discursos — 23 apartes.

Os números divulgados vêm sendo explorados pela oposição, na campanha de seus candidatos, e por isso Rui Santos tomou medidas para evitar a repetição do episódio. Para ele, trata-se de uma forma tenden-

ciaosa de influir no resultado do pleito. Por isso, como frisou, não permitirá a desmoralização de colegas seus.

DENÚNCIA

O bloqueio do computador do Senado Federal à liberação de determinadas informações legislativas e parlamentares foi denunciado, ontem, pelo deputado Faria Lima, da Arena paulista, coordenador da implantação do sistema de processamento de dados no Congresso.

"No mundo da comunicação instantânea — frisou Faria Lima — da eliminação da distância e da participação global, onde o computador é instrumento indispensável, não se concebe a sonegação deliberada de informações. O Congresso Nacional — prosseguiu o parlamentar — é um dos quatro Parlamentos do mundo a utilizar-se de computadores, em cuja implantação foram gastos mais de 15 milhões de cruzeiros. Desta forma, criou-se uma expectativa na Nação inteira, a tal ponto que hoje, o Poder Legislativo firmou convenio para prestação de informações a Ministérios Cíveis e Militares, Camaras Municipais, Assembléias Legislativas, e órgãos do Poder Judiciário. O que se pretende — acentuou Faria Lima — é domar a explosão da informação, sistematizando-a. O eleitor deve saber, para poder julgar bem o que seu representante tem feito a seu favor e a favor das comunidades que representa. Cabe aos líderes do Parlamento — finalizou Faria Lima — em vez de temerem o computador, aprender a manejá-lo".

PRESEÇA

O deputado Florim Coutinho, do MDB da Guanabara, apresentou ontem à Câmara projeto de resolução que obriga a presença dos deputados no plenário durante os períodos do grande expediente e da ordem do dia, sob pena de perda de um terço da parte variável de seus subsídios.